



aque: Secretaria Nacional
de Combate ao Racismo

R\$ 3,00



IV
Encontro
Nacional
de Negros
e Negras
do PT

Zumbi vive

**"300 anos de Zumbi
e Perspectivas 96"**

Expediente:

Esta é uma publicação da Secretaria Nacional de Comunicação e Grupo de Trabalho Eleições 96.

Presidente Nacional do PT: José Dirceu

Secretário Nacional de Comunicação: Gilberto Carvalho

Secretária de Assuntos Institucionais: Telma de Souza

Coordenador do GTE: Francisco Rocha

Gerente do GTE: Luiz Barretto

Comissão Executiva Nacional

Aloízio Mercadante, Benedita da Silva, Cândido Vaccarezza, Clara Ant, Delúbio Soares, Eduardo Suplicy, Francisco Rocha, Geraldo Pastana, Gilberto Carvalho, José Dirceu, José Eduardo Dutra, José Genoíno, Juca Alves, Luiz Dulci, Luiza Erundina, Marco Aurélio Garcia, Maria Caiafa, Marina Silva, Perseu Abramo (*in memoriam*), Sandra Starling e Telma de Souza.

Coletivo Secretaria Nacional de Comunicação

Chico Macena, Antônio Cerveira de Moura, Lia Gonçalves, Marisa Lourenço, Myrian Luiz Alves, Fábio Cotrim Meirelles e Perseu Abramo (*in memoriam*).

Grupo de Trabalho Eleições 96 - GTE

Cândido Vaccarezza, Clara Ant, Gilberto Carvalho, Francisco Rocha, Joaquim Soriano, Luiz Dulci, Plínio de Arruda Sampaio, Vicente Trevas e Vitória Cancelli.

Rua Conselheiro Nébias, nº 1039, Campos Elíseos, São Paulo, SP - CEP 01203-002 - Fone (011) 223-3944

Fax (011) 222-0005

Editora: Marisa Lourenço (Mtb 18.321)

Projeto Gráfico: Fábio Cotrim Meirelles

Diretório Nacional do PT

Rua Conselheiro Nébias, 1052, Campos Elíseos, São Paulo - SP

CEP 01203-002 Tel: (011) 223-7999 Fax: (011) 222-9665

IV ENCONTRO NACIONAL DE NEGROS E NEGRAS DO PT

26 a 28 de janeiro de 1996 - Cajamar - São Paulo



**“300 ANOS DE ZUMBI
E PERSPECTIVAS 96”**

I. Introdução

Em pleno século XVII os negros, índios e brancos marginalizados construíram dentro do Estado Brasileiro, a sua alternativa social despidida de preconceitos de cor e de raça - a República de Palmares. Foi a demonstração objetiva de que não existe uma única forma de organizar a sociedade.

Longe de aceitarem passivamente a condição de objetos descartáveis do modo escravista de produção, deflagaram a legítima reação dos explorados. A República de Palmares foi palco, por um século, da resistência de um povo que construía sua vida em liberdade.

Como reação a ousadia Palmarina, ocorreu o desmantelamento do Estado plurirracial. Porém a história não é apenas a crônica dos vencedores, como acreditam as correntes hegemônicas. A verdade ressurgiu dos escombros do passado e, com ela, questões não resolvidas no resultado do encontro de diversas culturas que formam o povo brasileiro.

Trezentos anos após o assassinato de Ganga Zumbi, intensifica-se o reconhecimento da história da luta do Quilombo dos Palmares. Reconhece-se a pujança da obra de Ganga Zumbi, guerreiro da dignidade e da liberdade que através da contestação a ordem dominante, subverteu a idéia construída a respeito da boçalidade e indolência dos trabalhadores negros.

A instituição de Zumbi dos Palmares como herói nacional não resulta na predileção dos historiadores ou da boa vontade do Estado, mas da conquista de uma legião de militantes, muito dos quais anônimos, que souberam, com determinação e garra, religar o

fio histórico da resistência negra no Brasil.

Com a comemoração do Tricentenário de Imortalidade de Zumbi dos Palmares, destacou-se um vigoroso ingresso da temática racial no espaço público brasileiro. Nunca se discutiu tanto a questão racial, dia a dia, a mídia divulgou pesquisas, denúncias, reportagens e eventos, atestando o poder transformador da militância anti-racista. A despeito do isolamento político a que historicamente foi submetida, a luta anti-racista se mostrou capaz de forçar o reconhecimento público da raça como elemento diferencial de direitos à cidadania.

Na base da sociedade cresce a indignação e as reivindicações da população negra frente às iniquidades raciais, ao mesmo tempo em que intensificam-se os esforços de organização e ação política.

Como decorrência da intervenção do movimento negro acenou-se com a incorporação de algumas reivindicações históricas. Observa-se desde meados da década de oitenta, conquistas importantes no plano jurídico-institucional que atendem, ainda que parcialmente antigas reivindicações do



neoliberal, se consolidadas, terão como consequência a reprodução em grau maior da exclusão de uma maioria populacional. Exclusão esta que incorpora novos elementos como as discriminações raciais, sexuais, regionais, que se constituem como fatores determinantes das oportunidades sociais, condições de vida e de trabalho dos que vivem no campo e na cidade.

2. Condições de vida da população negra na atualidade

A maioria das análises sobre a escravidão não a consideram como um trabalho, por não ser assalariado. No Brasil os descendentes de africanos escravizados são a parcela da população mais duramente atingida pelas políticas de exclusão das elites e do poder.

O Brasil é o país que, fora da África, concentra a maior população negra. É também o país onde os negros permanecem ocupando o mais baixo grau da pirâmide social. Os negros constituem a maioria dos pobres e miseráveis da cidade e do campo. Essa maioria sobrevive em áreas de máxima opressão onde combinam-se o círculo perverso das condições subhumanas de vida com as situações gravíssimas de degeneração social e comportamental. Sobrevivem com atividades de baixa remuneração e subemprego; morando nas encostas, vilas e favelas; sem equipamentos sociais; no analfabetismo e ou sem

acesso a educação de boa qualidade; são empurrados à marginalização.

O termo genocídio é o que mais fielmente traduz a condição em que se encontra o povo negro no Brasil e no mundo. Nos últimos anos, experimentou-se em escala mundial uma brutal concentração de renda e de poder. As elites põem em prática projetos conservadores, que recolocam o racismo na ordem do dia - quer seja através da rearticulação e do avanço da direita nos países europeus, quer através do desmonte de políticas públicas antes destinadas aos segmentos marginalizados da população.

Os recursos materiais das sociedades migraram dos salários dos trabalhadores para rendas dos segmentos dirigentes da economia.

A eliminação do sistema de proteção, a flexibilização dos direitos sociais dos trabalhadores, a destruição da malha de projeção social e de saúde, a implementação de políticas desreguladoras das economias nacionais dos países periféricos, as privatizações dos segmentos estratégicos e o aumento vertiginoso do desemprego estrutural lançam as populações pobres - majoritariamente negras na dramática condição de excedente populacional descartável.

Na África morreram no ano passado cerca de meio milhão de pessoas por doenças pulmonares, excluindo as mortes provocadas pela fome, guerra e epidemias.

No Brasil, é a parcela negra da população a mais duramente atingida pelo desmonte das políticas sociais e de saúde, pelos sistemas de controle populacional, o desemprego crônico, a fome e a violência do latifúndio, do aparato policial e dos grupos de extermínio. É negra a maioria de crianças jovens assassinadas nos centros urbanos.

Os homens e mulheres negros estão em condições de maior desigualdade em nosso país, até mesmo tendo como referência os questionáveis dados do último censo realizado pelo IBGE em nosso país em 1990. De acordo com esses dados entre os brasileiros que possuíam vínculo empregatício, isto é contavam com carteira assinada, 58% eram brancos e 41% negros (34% considerados pardos mais 7% considerados negros). De cada 100 empregados, 51% sobrevivem com salário mínimo. Do total de trabalhadores que ganhavam 1 salário mínimo, 79% eram negros. A inserção no mercado de trabalho é precoce: as crianças brancas de 10 a 14 anos somam 14,9% e as negras 20,5%.

Na área educacional, em 1990, os dados são: 18% da população brasileira analfabeta, sendo que entre os negros este percentual sobe para 30%. No outro extremo, 4,2% dos brancos e apenas

1,4% dos negros haviam alcançado o ensino superior. Em todos os níveis educacionais a participação do segmento branco é nitidamente superior à do segmento negro.

A Ação da Cidadania Contra Miséria e Pela Vida, constatou o óbvio: a absoluta impossibilidade transformações estruturais da sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial. Os dados estatísticos produzidos por um conjunto de instituições, atestam que a sociedade brasileira trata de forma desigual brancos e negros, em detrimento das trabalhadoras negras e trabalhadores negros, deixando patente a violência racial que quotidianamente atinge a população negra. A violência racial atenta contra os direitos fundamentais do povo negro, submetendo-o à condição de sub-cidadão. Excluindo-o dos centros de decisão e reservando para ele as piores mazelas sociais, a violência expõe-se como instrumento de dominação e de controle social.

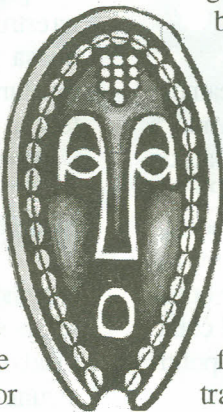
O entusiasmo de amplos setores sociais pelos chamados "estado mínimo", choca-se com as crescentes denúncias de trabalho escravo, ilustrando a realidade de uma sociedade vocacionada para relações senhoriais e a exclusão moral e física da metade de seu povo.

3. Relação com o governo FHC

A cidadania que nós negros aspiramos para o conjunto da sociedade brasileira, tem o objetivo de despertar para a situação de exclusão em que vive a maioria de brasileiros de raízes africanas, uma realidade que só mudará quando for conhecida em todas as suas nuances.

Alinhados com o passado colonial escravista, explorador e excludente, o governo FHC e sua política neoliberal¹ perpetuam as desigualdades sociais, colocando como prioridade questões econômicas, detendo-se aos contratos bancários como primazia na definição nacional.

Ao assumir o governo o presidente começou vetando a alteração qualitativa do salário mínimo, que estava em janeiro de 1995 em R\$ 70,00 passando para R\$ 96,00. Ao mesmo tempo que o presidente vetava este aumento do salário mínimo, aprovava o perdão de parte da dívida dos latifundiários, numa demonstração de estar assumindo a política de barganha. Por



outro lado, o governo começou a intensificar a implementação da política de ajuste estrutural definida pelo FMI e sinalizou na direção de uma política de alinhamento automático aos interesses americanos. A tentativa de aprovação do projeto SIVAM a ser desenvolvido pela empresa americana Raytheon foi uma prova evidente deste alinhamento.

* Os efeitos estruturais e perversos das ações deste governo ampliam os contrastes sociais e geram situações como a informalização crescente do mercado de trabalho e aumento do desemprego estrutural. Acentua-se a precarização das vidas dos menos privilegiados ou sem privilégio algum, nas cidades ou no meio rural, que desarticulam os padrões sócio-culturais e acentuam a violência e o genocídio da população negra e pobre. Como uma tímida resposta a essa calamitosa situação acenou com o Programa Comunidade Solidária, já reconhecido como uma cortina de fumaça nas políticas de governo voltadas para o social.

O governo FHC busca atualizar a atitude das classes dominantes diante da questão racial. Legitimado pelo seu passado acadêmico, busca insinuar uma preocupação com as condições de vida e trabalho do povo negro.

Esta atitude tem como objetivo estratégico cooptar setores do movimento negro e conter a possibilidade de irradiação dos interesses do povo negro em torno de um projeto alternativo ao neoliberalismo.

Nesse seu primeiro ano de governo tomou algumas iniciativas nesse sentido. Deu início a titulação das terras de remanescentes de quilombos concedendo o título de propriedade a Comunidade de Boa Vista, no Estado do Pará. Como resposta a Marcha contra o racismo, pela igualdade e pela vida, no dia 20 de Novembro de 1995, através de um decreto presidencial instituiu "um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra".

Possui em seus quadros de governo antigos militantes do movimento negro e da luta por direitos humanos, que acreditam ser possível estabelecer mudanças num governo abertamente neoliberal e reforçam a intenção de FHC em dar um novo tratamento as desigualdades raciais e na re-

1- O neoliberalismo, tão defendido e propagado pela elite brasileira dominante tem como suas bases o liberalismo econômico do Século XVII que tinha como seu grande tutor, Adam Smith, o defensor do mercado livre sem a intervenção do Estado. O neoliberalismo surgiu após a II Guerra Mundial na Europa e América do Norte, onde imperava o capitalismo. Colocou-se contra o Estado intervencionista de bem-estar, porque segundo os neoliberais esse Estado destrói a liberdade dos cidadãos, a vitalidade da concorrência e conduzia ao comunismo e à ditadura. Em 1979 Margaret Thatcher chegou ao poder na Inglaterra e com isso os neoliberais saíram do campo acadêmico e começaram a implantar suas idéias. Com a vitória de Ronald Reagan o neoliberalismo se instalou nos EUA e nos principais países capitalistas.

Em resumo, as três faces da receita neoliberal apóia-se na: destruição do movimento sindical e outros movimentos organizados; redução do tamanho do Estado, desmonte do Serviço Público e privatizações; diminuição das conquistas sociais dos trabalhadores e da população.

lação do Estado Brasileiro com o racismo e a discriminação vigente.

É fundamental o enfrentamento ao senso comum construído pelo discurso dominante de defesa incondicional do mercado e da empresa privada, que desqualifica todas as alternativas de organização econômica, desconsiderando toda a organização informal do trabalho e o serviço público. Combater a principal contradição do programa neoliberal que tem a incapacidade de gerar novas propostas de trabalho. Nas condições da terceira revolução industrial e comercial crescente, produz uma multidão cada vez maior de excluídos e marginalizados, onde a maior parcela deste contingente é a do povo negro.

Acreditamos que o caminho para a alteração da realidade de vida da população negra deve atender às suas necessidades básicas e construir unidade e solidariedade internacional com os povos subjugados, massacrados e sobretudo o povo negro no combate ao neoliberalismo. O compromisso não deve e não pode ser maximização do lucro do capital internacional.

É preciso que o PT e a CUT, assumam a tarefa de buscar a unidade das forças de oposição, na perspectiva de unificar as lutas em curso, única forma de fazer um enfrentamento consequente as políticas neoliberais que vem sendo implementadas pelo governo FHC. Muito mais do que apoiar as lutas, como se limitou a fazer em 95 na greve dos petroleiros e nas ocupações promovidas pelos Sem-Terra, a Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida, cabe ao PT e a CUT como principais organizações de oposição, propor uma tática que seja capaz de organizar a resistência a ofensiva burguesa, ao mesmo tempo em que prepara a ofensiva em vistas a recuperar as conquistas perdidas e avançar para novas.

4. O PT e a questão racial

Em que pese o PT ter surgido simultaneamente à retomada do movimento negro organizado, a discussão da questão racial no interior do partido não alcançou a dimensão necessária. O PT, na sua gênese, aparece refletindo o setor sindical, secundarizando ou omitindo outros aspectos estratégicos para a compreensão da realidade brasileira, não incorporando a dimensão racial como fundamental para a construção do projeto político de transformação da realidade do país.

O Programa Democrático e Popular do PT foi elaborado nas bases das dificuldades que passam o povo brasileiro e tem no seu bojo os principais eixos como: educação, habitação saúde, direitos humanos, meio ambiente, saneamento bá-

sico, serviços urbanos, previdência social, acesso a terra, melhor qualidade de vida e uma melhor distribuição de renda. O PT propõe empreender as transformações sociais necessárias para responder às aspirações populares do ponto de vista dos trabalhadores e do conjunto dos excluídos.

No entanto, para um partido que surgia pretendendo se afirmar como canal de expressão dos "sem voz", "dos oprimidos", "dos condenados da terra", era impossível fechar os olhos diante da tragédia histórica do povo negro no Brasil. Mesmo assim, o manifesto de fundação, não dedicava uma linha sequer ao tratamento da questão. Posteriormente, o PT incluiu no seu ideário programático: "O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas bem como a questão do negro assume papel relevante". A luta contra a discriminação racial foi incorporada como elemento acessório, complementar da luta econômica, não obstante a afirmação de que não se tratava de questão secundária.

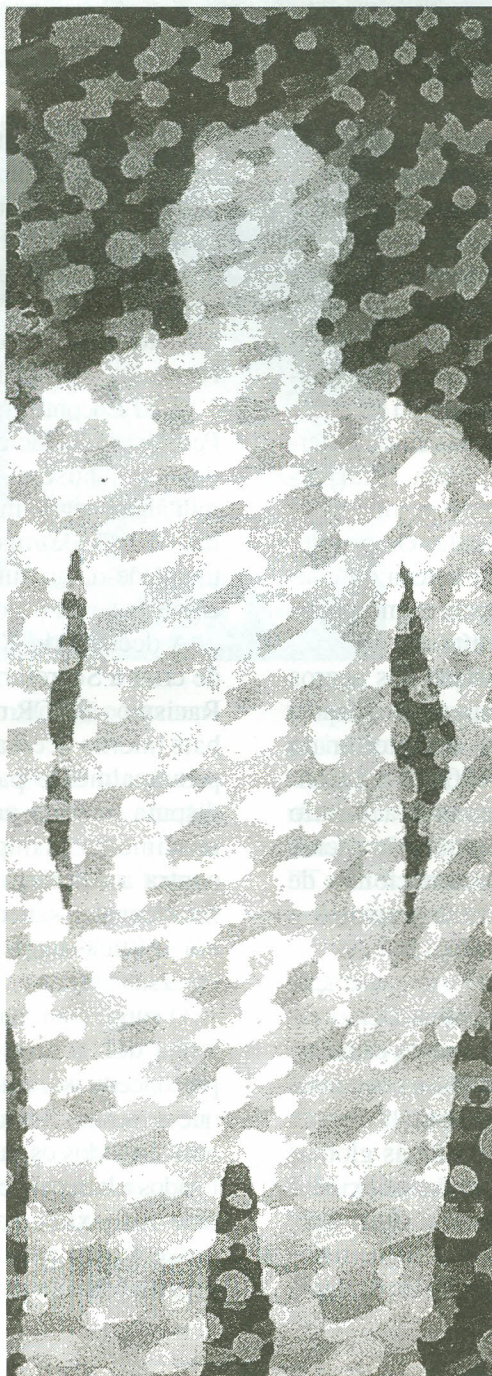
Através desta atitude o PT não fechou os olhos para a questão racial, mas, também, não desvendou o véu, o manto que encobre o racismo brasileiro e promove uma redução aparente dos seus efeitos. Apesar de afirmar o contrário, o PT repetia o equívoco histórico da esquerda de superestimar a importância da contradição de classes diante de outras contradições engendradas na sociedade e se deixava impregnar pela ideologia racista hegemônica na sociedade brasileira. Ao não compreender o papel e a importância do racismo na estruturação e reprodução de desigualdades em nossa sociedade o PT tornou-se, ainda que involuntariamente cúmplice, parceiro da manutenção do "status quo racial".

Apesar do PT se reivindicar portador de uma nova "matriz" no complexo universo político da esquerda e na trajetória histórica brasileira, isso não o imuniza diante da ideologia racista hegemônica. Além disso, decorridos mais de quinze anos de experiência petista podemos afirmar, a cada dia com maior segurança, que, mesmo com alguns elementos diferenciadores que dão certa originalidade ao partido, o PT é, sobretudo, continuidade reciclada da tradição de esquerda que reduz as contradições da sociedade ao terreno econômico e enxerga o Brasil com um olhar branco.

O PT, um partido com vocação socialista, in-

terpreta as relações sócio-raciais como produto das desigualdades da formação social brasileira e incorpora tal interpretação no seu discurso programático, mas não trata esta questão como um eixo básico para a contra hegemonia na sociedade civil, e sim como uma questão de minoria. Por isso garante uma fatia do poder para os setores "minoritários" caso eles sejam capazes de pressionar para obtê-lo. Essa fatia do poder será viável ao exercício da cidadania do negro, se os militantes negros e negras, tiveram capacidade de acumular força suficiente para se fazer representar nas instâncias de poder. Mas essa alavanca não é impulsionada pelo partido na medida em que a concepção e ação advinha da relação raça e classe é embrionária dentro da sociedade brasileira e tem reflexos no cotidiano de um partido, mesmo sendo ele o PT. O que adia a transformação das desigualdades sócio-raciais brasileiras.

O PT ao defender a cidadania do negro sob a concepção de minorias cria um campo de tensão na relação negro e partido político. O conceito de minorias é utilizado pelas Ciências Sociais para designar aqueles grupos que independente da quantidade populacional, não são donos da sua vontade e de seu destino histórico. Setores do Movimento Negro, muitos com militância no PT, discordam do conceito qualitativo de minoria, por compreender que a população negra brasileira constitui maioria e porque tal conceito não atende a dinâmica das transformações sócio-raciais, na medida que afirmar a participação numérica e desigual dos negros na sociedade brasileira significa quebrar a ideologia racial vigente, que instrumentaliza o mito da democracia racial como mecanismo de exploração de classe, exclusão social e opressão racial.



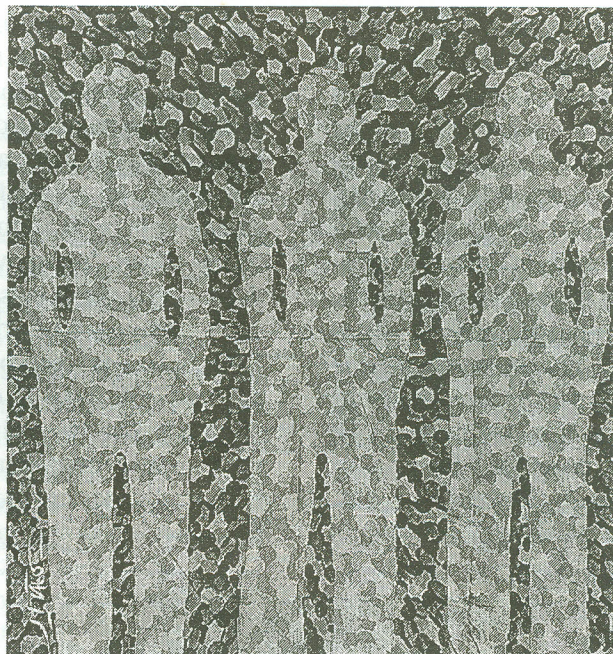
O conceito de minorias acaba omitindo uma leitura mais crítica das relações raciais e o nosso partido ao incorporá-lo no contexto histórico do pensar e agir na realidade brasileira, buscou atualizar o enfoque sobre a questão racial na forma sem mexer no conteúdo. Podemos utilizar dois exemplos para tal afirmação:

- as resoluções aprovadas no I Congresso que dizem, entre outras coisas: "A esquerda brasileira tem formação eurocêntrica, onde a questão capital X trabalho foi sempre considerada a base explicativa de todas as contradições presentes na sociedade. Isso a impediu de compreender que esta contradição é fundamental, mas só ela não dá conta da totalidade das opressões sofridas pela população trabalhadora em geral. Neste sentido se omite

em relação à formulação de uma política de combate ao racismo expresso na sociedade brasileira através do extermínio de crianças e adolescentes, a violência policial, a esterilização em massa de mulheres, o desemprego (...). Se o PT não entender esta questão, realmente estará seriamente comprometida a sua proposta de ser o agente transformador das estruturas opressivas da sociedade brasileira."

- nas duas campanhas presidenciais disputadas através da candidatura Lula. Na disputa eleitoral a questão racial foi objeto secundário, quase invisível, tanto no discurso quanto na "imagem" apresentada à sociedade através do programa eleitoral no rádio e televisão.

A não implementação dos objetivos programáticos, as resoluções adormecidas no papel faz com que torne-se ineficaz e inconseqüente qualquer atitude discursiva de reconhecimento do racismo, que não seja acompanhada de medidas efetivas de combate às suas diversas manifestações. Impõe-



se também para o PT, o reconhecimento do povo negro como sujeito histórico particular, autônomo e portador de interesses e objetivos específicos para a construção de uma sociedade multirracial, democrática e socialista.

Se é verdade que a seleção e hierarquização propiciada pelo racismo garante privilégios raciais para os bancos torna-se inócuo todo e qualquer questionamento aos equívocos do PT neste terreno, se não for acompanhado de uma intervenção dos negros na vida partidária. Num partido, assim como na sociedade, as mudanças decorrem de situações de disputa. Os privilegiados não se convencem pela beleza ou coerência dos argumentos, mas pela combinação destes com a força social e política.

Para qualificar uma intervenção dos negros no interior do PT se faz necessário revisar a trajetória da militância negra no interior do partido. De meados dos anos 80 até o I Congresso se verificou um razoável acúmulo organizativo no tratamento da questão racial. Foram realizados dois encontros nacionais de negros, construiu-se diversos organismos e aprovou-se resoluções importantes.

É fundamental a reorientação do debate e ação partidária transformando o Programa Democrático e Popular do PT num instrumento capaz de municiar toda a militância partidária e por consequência o movimento negro brasileiro, na mobilização e construção de políticas globais que nos dê condição para responder as exigências da realidade social e política. Para esse novo período que se abre sob o Tricentenário da Imortalidade de Zumbi, a militância negra

petista precisa continuar avançando no sentido de ocupar espaços políticos dentro do PT e na sociedade como um todo: seja na formulação de políticas ou no fortalecimento das organizações do movimento negro.

5.A ação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

O III Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas, realizado em Belo Horizonte em junho de 1995, buscou retomar a aglutinação da militância negra, indicou ao X Encontro Nacional a criação de uma instância para garantir a continuidade da articulação partidária em torno do combate ao racismo.

A decisão do X Encontro Nacional do PT de criar a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo - SNCR representa um marco no debate interno acerca da questão racial e coloca, principalmente para os militantes negros, a disputa política num novo patamar. O reconhecimento da importância estratégica da luta contra a discriminação racial pode começar finalmente a sair do papel, se materializando em políticas para a intervenção partidária nas diversas esferas.

O surgimento da SNCR não indica que o PT tenha deixado de conter seu viés racista e preconceituoso, antes disso, é o reconhecimento que o mesmo possui estas características. Cabe, então, a todos os militantes que estão ou estarão ligados a luta pelo combate ao racismo, se empenhar ao máximo para que o reconhecimento do racismo e do preconceito seja eliminado e não para reafirmá-lo como acontece em alguns seto-

res da nossa sociedade.

É papel da SNCR implementar junto ao PT análises e ações contestatórias aos projetos do Governo FHC, garantindo a elaboração de políticas que realmente alterem a vida da população negra, mantendo uma postura crítica com relação a entidades e pessoas cooptadas pelo Estado e requerendo o processo de sanção no caso de filiados que contrariem essa política.

A presença no partido e a disputa política deve se constituir numa prática permanente através da SNCR. Esta deverá constituir-se como um espaço de elaboração e construção de políticas globais do partido com recorte racial, constituindo-se em uma instância decisória e articuladora de nossas ações com as demais simultâneas e instâncias partidárias. Para o debate em torno do programa de ação da SNCR, propomos como ponto de partida o documento elaborado para eleições de 94: "Propostas do Governo Lula contra o Ra-



cismo", que representa o acúmulo, até o momento, em nosso partido.

Os objetivos estratégicos da SNCR são: elaboração de políticas públicas a serem implementadas nas administrações petistas; elaboração de propostas para a ação partidária nos legislativos; formação política dos filiados e militantes; ocupação das direções em todos os níveis; indicação e eleição de candidatos negros para os diversos cargos de representação. A implementação de tais objetivos só será possível mediante a constituição de espaços que incorporem a militância negra em torno de alguns acordos e objetivos comuns. Este tipo de empreendimento, levando em conta a diversidade ideológica e política dos negros e negras petistas, deve ser construído sob a égide da tolerância, da convivência na diversidade, dentro e fora do partido, e da construção de um projeto comum do povo ne-

gro por uma sociedade brasileira multirracial, democrática e socialista.

Não podemos permitir que a SNCR possa vir a cometer os mesmos equívocos que percebemos nas relações internas do PT, pois, as instâncias do partido, em muitas vezes, cumprem mais o papel de espaço de disputa interna do que uma estrutura funcional que tem ações e objetivos específicos a serem cumpridos, para que a máquina partidária possa funcionar como um organismo sadio.

A unidade de ação deve ponderar sobre as divergências de encaminhamentos, sejam elas dentro da Secretaria ou nas relações com as instâncias do partido. Precisamos conceber como instâncias algo mais abrangente do que está contido no "Projeto de novo Estatuto do PT" e incluir, pelo menos internamente, as Secretarias (estaduais e municipais) e mesmo os núcleos em nossa proposta de relacionamento. Os núcleos de base constituem a pedra fundamental do PT, que nos últi-

mos tempos vem sofrendo fortes abalos justamente por ter abandonado sua política de investimento prioritário nesta instância.

Desta forma deveremos desenvolver ações no sentido de implantar as SNCR's em todos os Diretórios, definindo uma linha de atuação, que busque unificar as questões gerais que afetam diretamente o povo negro, resguardando as especificidades das regiões, estados e municípios. Uma vez criada as Secretarias em cada instância, um projeto de atuação política deve ser encaminhada para o respectivo diretório no sentido de garantir a agilidade das propostas nele contidas.

A ocupação dos cargos de direção, não pode ser uma política isolada, ela deve vir acompanhada de uma discussão ampla, onde os companheiros e companheiras que vierem ocupá-las tenham o compromisso de levar consigo a defesa intransigente das relações raciais, não só dentro do PT, mas também em toda a sociedade brasileira.

Nossa conduta interna merece ter um enfoque diferenciado, para isso torna-se necessário criarmos um espaço de intercâmbio constante com as demais secretarias, sejam elas estatutárias ou setoriais, no sentido de promovermos uma interação nas discussões e nos encaminhamentos a serem tomados pelo conjunto.

Indicações para construção do plano de Trabalho da SNCR:

- garantir que a questão racial esteja contemplada em todas as instâncias, encaminhamentos

e ações partidárias com a participação efetiva do Secretário e/ou representantes da SNCR nas reuniões das Executivas e dos Diretórios Municipais, Estaduais e Nacional;

- debater, propor e encaminhar projetos que atendam as especificidades do povo negro junto ao Parlamentares petistas (Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores) e Secretaria de Assuntos Institucionais;

- monitorar as ações e pressionar o atendimento das reivindicações da população negra junto às Administrações do Campo Democrático e Popular;

- elaborar conjuntamente com a Secretaria de Formação cursos, seminários, debates, conferências, visando a qualificação da intervenção política da militância negra e atividades similares para toda a militância partidária;

- apoiar a luta dos remanescentes de quilombos, junto à Secretaria Agrária e demais instâncias partidárias;

- manter a discussão racial e de gênero junto à Secretaria de Movimentos Populares, contribuindo para a intervenção de todos os setoriais;

- contribuir para que todas as publicações, jornais, revistas, boletins e programas nacional e estaduais, de rádio e televisão pautem a questão racial e o combate ao racismo, numa ação conjunta com a Secretaria de Comunicação e Cultura.

- contribuir na construção de um movimento nacional em defesa do emprego para o povo negro, buscando um movimento de massa;

- sugerir a construção de uma data junto aos movimentos e partidos de esquerda, do período de março a abril, que seja um dia de luta e mobilização em defesa do emprego, direitos sociais e cidadania do povo negro;

- exigir que todos os textos redigidos, inclusive os crachás de identificação nas atividades partidárias destaque a diferença de gênero (homens e mulheres);

- promover seminários, debates sobre as religiões de matriz africana e afrobrasileira

Fica a cargo do Coletivo da SNCR aprofundar e estruturar o plano de trabalho, tendo como ponto de partida as indicações e resoluções do IV Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas.

6 - Resoluções do IV Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas

Composição da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Secretário: Flávio Jorge Rodrigues da Silva (SP)

Coletivo Nacional:

Almira Maciel Corrêia (PR)

Matilde Ribeiro (SP)

Samuel Vida (BA)

Verônica Marques Rodrigues (RJ)

Elizabeth do E. Santo Viana (RJ)

Martius A. Alves Chagas (MG)

Talia Fernando Rosa (RS)

Carlos A. Porto (MS)

Eleições Municipais 96

- os encontros e ou prévias eleitorais (municipais, estaduais e nacional) deverá ser garantida a discussão da questão racial, visando a construção de estratégias de inclusão desta temática nos processos eleitorais;

- coordenar a elaboração de uma agenda mínima sobre a questão racial nos Programas de Governo Municipais, em todo o país;

- encaminhar uma campanha nacional pelo voto racial e acompanhar nacionalmente a indicação de candidaturas, assim como a campanha eleitoral de candidatas e candidatos negros ou identificados com a luta anti-racista.

Ações Partidárias

- indicação aos Fóruns Nacionais competentes a convocação de encontro democrático nacional sobre a questão racial no início do 2o. semestre de 97;

- reconhecimento pela direção nacional da participação do Secretário ou representante da SNCR com direito não apenas à voz, mas também, a voto na Direção Executiva Nacional;

- garantia do caráter democratizador da eleição da/o Secretária/o da SNCR em Encontro Nacional de Negros e Negras;

- constituição de um processo de discussão sobre a questão da mulher negra, à partir do coletivo da SNCR, envolvendo outros setores partidários (homens e mulheres), bem como a Secretaria Nacional e Comissões Estaduais de Mulheres.

Moção aprovada:

Diante dos impasses identificados no âmbito da composição da comissão executiva nacional do partido o IV Encontro Nacional de Negras e Negros do PT se posiciona no sentido da defesa da democracia interna, traduzida nos princípios democráticos da proporcionalidade e respeito à pluralidade, manifestando sua discordância diante da atitude adotada pela "nova maioria" ao longo deste episódio e propõe a instalação de um amplo debate junto às bases partidárias acerca da questão.



RELATÓRIO DA REUNIÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO 09 E 10 DE MARÇO DE 1996

ANEXO I

I - Planejamento de Trabalho

A seguir destacaremos as indicações e resoluções do IV Encontro Nacional de Negros e Negras e os desdobramentos considerados pelos integrantes do Coletivo da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, como pontos de partida para o trabalho, a ser realizado em 1996 e 1997:

I.1 - Relação com demais Secretarias e Instâncias Partidárias:

Ações Partidárias

- indicação aos Fóruns Nacionais competentes a convocação de encontro democrático nacional sobre a questão racial no início do 2o. semestre de 97;
- reconhecimento pela direção nacional da participação do Secretário ou representante da SNCR com direito não apenas à voz, mas também a voto na Direção Executiva Nacional;
- garantia do caráter democratizador da eleição da/o Secretária/o da SNCR em Encontro Nacional de Negros e Negras;
- garantir que a questão racial esteja contemplada em todas as instâncias, encaminhamentos e ações partidárias com a participação efetiva do Secretário e/ou representantes da SNCR nas reuniões das Executivas e dos Diretórios Municipais, Estaduais e Nacional;

Definiu-se pela aproximação com as instâncias partidárias e demais secretarias, visando manter uma relação com o trabalho desenvolvido e a garantia de encami-

nhamentos específicos no que diz respeito aos objetivos e interesses da SNCR.

Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais

- debater, propor e encaminhar projetos que atendam as especificidades do povo negro junto ao Parlamentares petistas (Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores) e Secretaria de Assuntos Institucionais;
- monitorar as ações e pressionar o atendimento das reivindicações da população negra junto às Administrações do Campo Democrático e Popular;

Montagem de um Banco de Dados, visando o mapeamento dos projetos e demais trabalhos relacionados a questão racial, encaminhados pelos parlamentares em âmbito Municipal, Estadual e Federal. Elaboração de uma publicação para subsidiar o trabalho na esfera institucional.

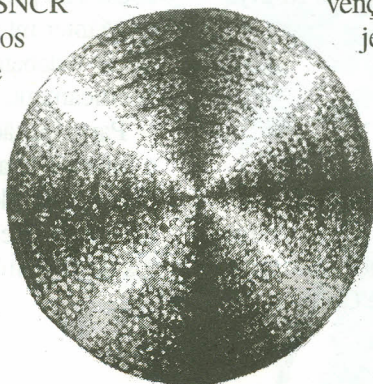
Realização de um Seminário sobre Políticas Públicas voltado aos parlamentares e representantes de prefeituras, eleitos nas campanhas municipais.

Reunião com Bancada de Parlamentares Federais, visando apresentar a proposta de intervenção da SNCR e debater futuros projetos relacionados a questão racial.

Responsável: Samuel

Secretaria Nacional de Formação

- elaborar conjuntamente com a Secretaria de Formação cursos, seminários, debates, conferências, visando a qualificação da interven-





ção política da militância negra e atividades similares para toda a militância partidária;

- promover seminários, debates sobre as religiões de matriz africana e afrobrasileira

Manter relações com a Secretaria Nacional de Formação, visando a elaboração de um programa de formação a médio/longo prazo.

Parceria com o Instituto Cajamar na realização do Seminário: Gênero, Raça e Trabalho.

Realização de Seminário Nacional de Formação; prever o aprofundamento de temas indicados nos encontros, por exemplo: neoliberalismo, religião africana, mulheres negras.

Responsáveis: Matilde e Elisabeth

Secretaria Nacional de Movimentos Populares

Manter a discussão racial e de gênero junto à Secretaria de Movimentos Populares, contribuindo para a intervenção de todos os setoriais;

Manter contato com a secretaria e setoriais visando estabelecer um trabalho conjunto.

Participação no Congresso Nacional da Central de Movimento Popular; elaboração de um texto sobre a questão racial.

Responsável: Martys

Secretaria Nacional de Comunicação e Cultura

Contribuir para que todas as publicações, jornais, revistas, boletins e programas nacional e estaduais, de rádio e televisão pautem a questão racial e o combate ao racismo, numa ação conjunta com a Secretaria de Comunicação e Cultura.

Acompanhamento da imprensa partidária no sentido de garantir a visibilidade da questão racial. Indicação de que duas vezes por ano seja publicado artigo na revista Teoria & Debate.

Realização de um Workshop sobre a presença negra na campanha eleitoral 96.

Realização de encontro nacional de produtores e trabalhadores na área cultural e de comunicação.

Responsável: Talis

Secretaria Nacional de Organização

Exigir que todos os textos redigidos, inclusive os crachás de identificação nas atividades partidárias destaque a diferença de gênero (homens e mulheres);

Junto a esta secretaria temos a encaminhar:

- Discussão sobre o registro sobre cor e etnia e gênero nos formulários e documentos partidários.
- Levantamento do perfil dos filiados.
- Campanha de filiação relacionada as eleições municipais (ver no item eleições).
- Inserção dos objetivos da SNCR no estatuto

Responsável: Flávio

Secretaria Nacional de Mulheres

Constituição de um processo de discussão sobre a questão da mulher negra, à partir do coletivo da SNCR, envolvendo outros setores partidários (homens e mulheres), bem como a Secretaria Nacional e Comissões Estaduais de Mulheres.

Manutenção de relações permanentes com a Secretaria Nacional de Mulheres, visando intensificar os debates sobre gênero e raça. Propor uma atividade de formação conjunta.

Responsável: Almira

Secretaria Nacional da Juventude

Realização de um Encontro ou Seminário voltado para a juventude negra petista

Responsáveis: Carlos Porto e Martys

Secretaria de Relações Internacionais

Procurar através desta secretaria manter relações internacionais com partidos e movimentos sociais de países de maioria negra.

Manter intercâmbio via Internet, sobre a produção e debate relacionado a questão racial e especificamente políticas públicas.

Participação no Seminário Internacional sobre o futuro do trabalho e das sociedades contemporâneas, visando a garantia do debate sobre a questão racial. Responsáveis pelos encaminhamentos deste Seminário: Almira e Talis.

Responsável: Flávio

Secretaria de Finanças e Planejamento

Discussão do orçamento para 1996, visando a garantia das atividades previstas no planejamento. Prever reserva para emergências.

• Manutenção de uma pessoa liberada para encaminhamentos gerais.

Garantia de verbas para atividades regionais, estaduais e representação da SNCR em eventos nacionais.

Responsável: Flávio

Secretaria Sindical

Vide Campanha mais e melhores empregos

Responsáveis: Flávio e Talis

Secretaria Agraria

Vide Campanha pela reforma agraria

Responsável: Flávio

1.2 - Mobilização de negros e negras

Incentivar e mobilizar a implementação de Secretaria de Combate ao Racismo em âmbito estadual e municipal. É importante que o funcionamento destas instâncias seja enquanto coleti-

vos, definindo da melhor forma a organização de sua base.

Em todos os âmbitos deverão ser organizados setoriais para discussão de políticas mais amplas.

É importante a médio e longo prazo debater sobre a criação de núcleos e ou relação com outros núcleos já existentes.

1.3 - Relação com Movimento Negro

É de extrema importância a manutenção de relações com o movimento negro em âmbito municipal, estadual e nacional, garantindo, no entanto a autonomia do movimento negro na relação com o partido.

Os eixos básicos para esta relação em 96 devem ser a Campanha mais e melhores empregos e a Campanha pelo voto negro.

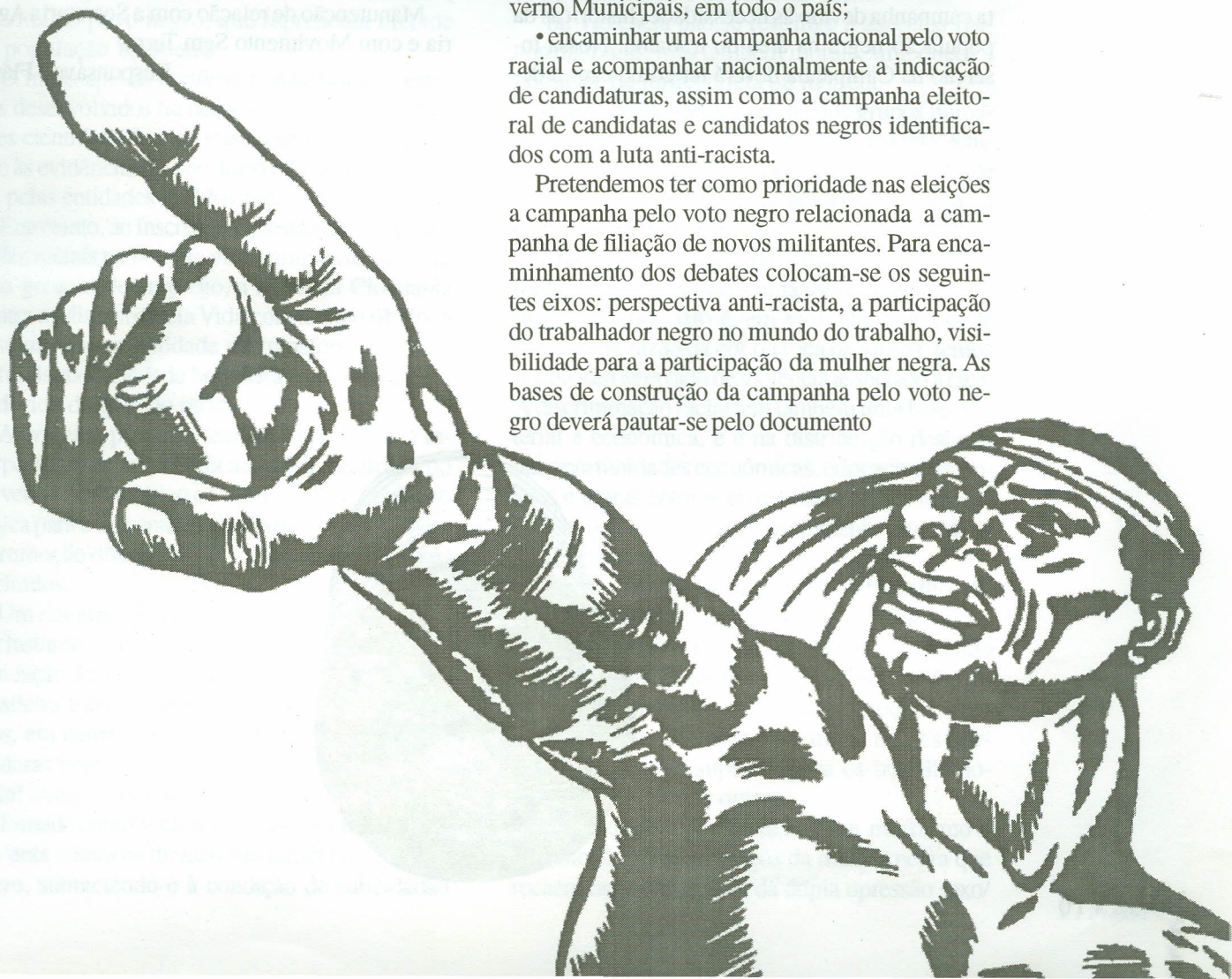
1.4 - Eleições Municipais 96

• nos encontros e/ou prévias eleitorais (municipais, estaduais e nacional) deverá ser garantida a discussão da questão racial, visando a construção de estratégias de inclusão desta temática nos processos eleitorais;

• coordenar a elaboração de uma agenda mínima sobre a questão racial nos Programas de Governo Municipais, em todo o país;

• encaminhar uma campanha nacional pelo voto racial e acompanhar nacionalmente a indicação de candidaturas, assim como a campanha eleitoral de candidatas e candidatos negros identificados com a luta anti-racista.

Pretendemos ter como prioridade nas eleições a campanha pelo voto negro relacionada a campanha de filiação de novos militantes. Para encaminhamento dos debates colocam-se os seguintes eixos: perspectiva anti-racista, a participação do trabalhador negro no mundo do trabalho, visibilidade para a participação da mulher negra. As bases de construção da campanha pelo voto negro deverá pautar-se pelo documento



- 13 pontos Lula. Todos os documentos elaborados pela SNCR deverão ser assinados pela direção do partido.

Deverá ser mantida uma sistemática relação com GTE/SNAI, visando uma intervenção no plano de governo.

Deverão ser organizados debate sobre ações afirmativas e cotas.

A chamada para a campanha pelo voto negro será **"Faça a coisa certa"**.

Responsável: Verônica (após 3 de outubro passa a se responsabilizar com as atividades da Secretaria de Comunicação e Cultura, junto com Talis)

1.5 - Campanha mais e melhores empregos:

- contribuir na construção de um movimento nacional em defesa do emprego para o povo negro, buscando um movimento de massa;
- sugerir a construção de uma data junto aos movimentos e partidos de esquerda, do período de março a abril, que seja um dia de luta e mobilização em defesa do emprego, direitos sociais e cidadania do povo negro;

Verificamos a importância de participação nesta campanha devido às necessidades históricas da população negra na área do trabalho. Nossa inserção na Campanha deverá ter como eixo a de-

fesa do emprego e condições de vida para a população negra, considerando:

- o trabalho escravo como a primeira forma de trabalho e exploração no país
- a discriminação racial e sexual no mercado de trabalho
- o desemprego histórico da população negra
- o trabalho formal e informal
- o trabalho doméstico como principal atividade da mulher negra

Manutenção de relação com a Secretaria Nacional Sindical e com Comissão de Sindicalistas Anti-racistas/CUT.

1.6 - Campanha pela reforma agrária

Apoiar a luta dos remanescentes de quilombos, junto à Secretaria Agrária e demais instâncias partidárias.

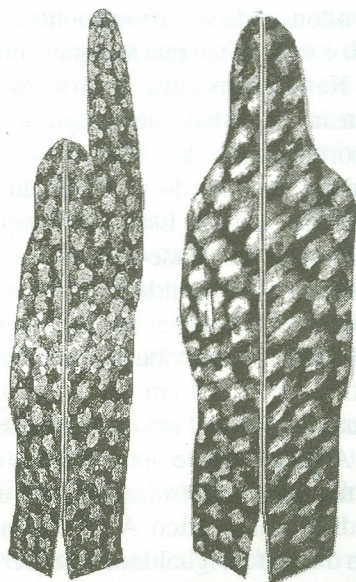
Nossa participação nesta campanha deverá ter como foco o reforço a luta dos Remanescentes de Quilombos.

Neste sentido deverá ser agendada uma reunião com movimentos, lideranças e ou estudiosos sobre a questão, visando ter um quadro mais amplo das conquistas e desafios para o desenvolvimento do trabalho.

Manutenção de relação com a Secretaria Agrária e com Movimento Sem Terra.

Responsável: Flávio





A CIDADANIA DOS NEGROS PROGRAMA DE GOVERNO LULA -94

ANEXO II

O Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, elaborado pelo IBGE, apontou um dado essencial da realidade brasileira: a raça é um elemento que determina as oportunidades sociais e é fator agravante da condição de trabalho e de vida do povo negro, que representa metade da população brasileira.

O mapa apenas confirmou estatísticas e estudos desenvolvidos há décadas em várias instituições científicas do país e assegurou maior destaque às evidências do cotidiano e às denúncias feitas pelas entidades do Movimento Negro.

Entretanto, ao inscrever a questão das desigualdades raciais no bojo de uma campanha nacional pela geração de emprego, a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida constatou o óbvio: a absoluta impossibilidade de transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial.

A presente proposta tem como premissa a incorporação da problemática racial às diretrizes do Governo Democrático e Popular, como condição básica para a universalização da democracia e para a promoção dos direitos da cidadania dos setores excluídos.

Um conjunto de dados estatísticos produzidos por instituições como a Fundação IBGE, DIEESE, Fundação Seade e outras, atesta que a sociedade brasileira trata de forma desigual brancos e negros, em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras negras. E deixa patente que a violência racial atinge cotidianamente a população negra.

Tomada como violência, a discriminação racial atenta contra os direitos fundamentais do povo negro, submetendo-o à condição de subcidadão

ou cidadão de segunda classe. Excluindo-os dos centros de decisão e reservando para ele as piores mazelas de um capitalismo dependente e periférico. A discriminação expõe-se como instrumento de dominação e de controle social.

Tal violência não se restringe a aspectos físicos/materiais, mas também morais, simbólicos e políticos, de forma direta ou indireta.

A associação de diferenças dos grupos humanos a pseudo-inferioridade de atributos intelectuais ou morais configura uma forma acabada de violência. Isto é, o racismo constitui, em si, uma expressão de violência.

Mas quando o racismo - uma ideologia - se traduz em preconceito - uma idéia - e resulta em discriminações, isto é, em violação concreta de direitos em razão da cor ou raça da vítima, temos um quadro agravado de violência associado à raça. A discriminação racial tem também uma base material e econômica, e é na distribuição desigual das oportunidades econômicas, educacionais, sociais e outras entre negros e brancos que o racismo vai revelar seu papel de elemento diferencial de direitos.

Há uma nítida divisão racial no trabalho; diferenças salariais entre negros e brancos, inclusive quando a função é a mesma ou quando a qualificação de ambos é equivalente; diferentes possibilidades de acesso às promoções; maiores taxas de desemprego entre os negros; jornada de trabalho superior para os trabalhadores negros e muitas outras.

Exprimindo a confluência entre machismo e racismo, é sobre os ombros da mulher negra que recaem os piores efeitos da dupla opressão sexo/

raça. Tendo seu biótipo associado à inferioridade, em contraste com o padrão estético de beleza de mulher branca; exercendo o papel de chefe de família; submetida a toda sorte de estereótipos e violência física e simbólica; alvo preferencial das políticas de esterilização e situada na base da pirâmide social em termos de ocupação e rendimento, a situação da mulher negra exige o desenvolvimento de políticas públicas que enfrentem os resultados perversos da intersecção raça e gênero (opressão entre sexos).

Do mesmo modo, a violência policial, a ação dos grupos de extermínio, os estereótipos veiculados sistematicamente pelo sistema educacional e pelos meios de comunicação e o extermínio de crianças negras, desenham o quadro de exclusão moral e o genocídio a que está submetida a parcela negra da população brasileira.



Tomados em conjunto, estes dados revelam o equívoco - para dizer o mínimo - do credo segundo o qual a igualdade formal perante a lei, por si mesma, garante a igualdade de oportunidade e tratamento. Ao mesmo tempo, revelam a vocação excludente do Estado brasileiro, engendrado sob o signo do euro e do etnocentrismo, que tem se revelado incapaz de assegurar iguais possibilidades a todos os brasileiros.

Considerada pelo Estado como um problema inexistente, a questão racial - ainda que a Constituição vigente criminalize o racismo - encontra-se fora dos incontáveis projetos nacionais apresentados pelos sucessivos governos. A omissão institucional, que pode ser observada no atual quadro de miséria e desagregação que vitima a grande maioria dos brasileiros, é especialmente criminosa no trato das desigualdades raciais. Por esta razão, somos radicalmente contrários ao engodo do neoliberalismo, que significa a reprodução ampliada da exclusão de uma maioria populacional atingida por discriminações raciais, sexuais, regionais e outras. Para o povo negro brasileiro, a proposta de Estado mínimo representa-

rá a consolidação de uma política surda de exclusão e extermínio que se agrava dia após dia.

Nesta perspectiva, reafirmamos a função essencial do Estado de assegurar a igualdade de oportunidade e de tratamento e uma justa distribuição da terra, do poder político e da riqueza nacional. Cabe ao Estado não apenas declarações solenes de igualdade perante a lei, mas também a promoção da igualdade de direitos. Impõe-se a criação de condições que tornem iguais as possibilidades dos indivíduos e que transformem a democracia formal em democracia substantiva, a igualdade formal em igualdade autêntica.

A igualdade de oportunidade e de tratamento não pode ser vista apenas sob um ângulo procedimental ou ético. A discriminação racial viola o direito à igualdade e requer não uma ação protetora dos grupos discriminados, mas a efe-

tiva tutela estatal de um bem jurídico - a igualdade - compreendida como pedra angular da democracia.

Não será apenas a adoção de políticas antidiscriminatórias que possibilitará a inserção do povo negro na esfera da cidadania. Mas a combinação desta com políticas de profissionalização, de geração de empregos, de distribuição de renda, enfim, com a adoção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil.

A gestão das políticas de igualdade de oportunidade e de tratamento não deverá circunscrever-se à atuação de órgãos isolados na administração. Mas será responsabilidade do Governo Democrático e Popular, em conformidade com os objetivos fundamentais da República, nos termos do artigo 3º, IV, da Constituição Federal.

Igualdade de direitos, de oportunidade e de tratamento

Propostas

1. Reconhecer publicamente a raça como um dos elementos distribuidores das oportunidades sociais; a adoção do princípio anti-racista como diretriz para as políticas globais do governo.

2. Desenvolver uma política global contra a discriminação racial, que neutralize, no plano das políticas públicas, quaisquer componentes reprodutores das desigualdades raciais; a modificação das disposições e práticas administrativas que sejam incompatíveis com esta política.

3. A execução da proposta do item anterior, será precedida pela montagem de um diagnóstico global das condições sócio-econômico-educacionais de negros e brancos, visando a estruturação de um banco de dados que subsidie as ações governamentais.

4. A imediata implementação, no que compete ao Poder Executivo, das normas e convenções internacionais antidiscriminatórias das quais o Brasil é signatário.

5. Implementar imediatamente os dispositivos constitucionais antidiscriminatórios.

6. Propor projeto de lei visando o aperfeiçoamento da legislação antidiscriminatória, de forma a instrumentar a consolidação de uma política nacional de promoção de igualdade, de oportunidade e de tratamento; o Governo Democrático e Popular assume o compromisso de fortalecer a luta contra as discriminações, visando alcançar a meta de tratar desigualmente os desiguais, como condição básica para a promoção da igualdade formal.

7. Garantir a promoção de campanhas e programas educativos que, por sua natureza, possam garantir a aceitação e o cumprimento desta política.

Igualdade econômica e social

Propostas

1. Assegurar a titularidade da terra às comunidades remanescentes de quilombos, conforme disposto no artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias. Os quilombos são símbolos vivos da luta e da resistência negra contra a escravidão e o racismo. Assim, as comunidades descendentes de quilombos devem ter assegurados seus direitos à propriedade coletiva das terras que ocupam e que foram conquistadas pelos seus antepassados. O Governo Democrático e Popular emitirá os títulos de propriedade das terras a todas as comunidades descendentes de quilombos no Brasil.

2. Assegurar o desenvolvimento de programas de profissionalização de mão-de-obra, preferencialmente para os membros dos grupos excluídos.

3. Introduzir, nas políticas de apoio à pesquisa científica e tecnológica, a igualdade de tratamento para os projetos referentes às relações raciais.

4. Implementar a Convenção 111 da Organi-

zação Internacional do Trabalho (OIT) (Decreto Legislativo nº 104, de 1964) e instalar imediatamente a Câmara sobre as Discriminações, vinculada ao Conselho Nacional do Trabalho.

5. Implementar a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto Legislativo nº 23, de 21 de junho de 1967).

6. Introduzir o quesito cor nos sistemas de informação sobre saúde, incluindo sistemas de informação sobre morbidade e mortalidade profissionais.

7. Implantar o Programa Integral de Saúde da Mulher, incluindo o desenvolvimento de programas específicos que contemplem o binômio raça e gênero como um dos condicionantes da relação saúde/doença.

8. Adotar, no sistema público de saúde, procedimentos de detecção de anemia falciforme (nos primeiros anos de vida), hipertensão e miomatoses, males cuja incidência é maior na população negra e acarretam repercussões na saúde reprodutiva.

9. Adotar a representação proporcional dos grupos étnicos em todas as campanhas e atividades de comunicação do governo e de entidades que tenham investimento político ou econômico da União.

10. Assegurar a adoção da pedagogia interétnica na rede de ensino, de forma a implementar o artigo 242, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

11. Desenvolver programas que assegurem igualdade de oportunidade e de tratamento nas políticas culturais da União, tanto no que diz respeito ao fomento à produção cultural, quanto na preservação da memória, objetivando dar visibilidade aos símbolos e manifestações culturais do povo negro brasileiro.

12. Promover o mapeamento e tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas dos quilombos, bem como a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras, em observância à norma do artigo 215, parágrafo 1º, e artigo 216, parágrafo 5º, da Constituição Federal.

Finalmente, devemos ressaltar a necessidade de um instrumento e/ou canal(is) de participação, que diagnostique, proponha, acompanhe, avalie e fiscalize a execução das políticas expostas neste documento.





21 de junho de 1995 - mesa de abertura do III Encontro Nacional de Negros e Negras do PT. Belo Horizonte/MG. Esse encontro aprovou a criação da SNCR



Capa: cartaz de homenagem aos 300 anos de Zumbi

Ilustrações de Samuel Santiago

Pag. 04- Mandala Cósmica

Pag. 05- Nina II

Pag. 06- Oxumarê

Pag. 07- Escudo- Máscara Iorubx

Pag. 09- Herói do Amanhã IV

Pag. 10- Heróis do Amanhã VII

Pag. 11- Casal Dançando

Pag. 13- Mandala CD

Pag. 13- Herói do Amanhã III

Pag. 14- Afromandala

Pag. 16- Nina IV

Pag. 17- Herói do Amanhã II

Pag. 18- Inflorescencia

Ilustrações de Álvaro de Moya

Pag. 03

Pag. 08

Pag. 15

Pag. 19



Publicações do GTE

Informações e vendas no telefone (011) 223.3944

1. "Preparando a Batalha Eleitoral" (Especial para vereadores)
2. "O PT no Habitat II" (Dez trabalhos exemplares)
3. "Conquistar as Prefeituras do Interior" (Cartilha agrária)
4. "Prestando Contas" (Manual de orientações para as prestações de contas)

 Vídeos e Jingles

Informações e vendas no telefone (011) 223.3944

O GTE já dispõe também de vídeos e jingles especiais para a campanha.



Publicações do PT:

Informações e vendas no telefone (011) 6160.0060

"O (des)emprego no país do real" - campanha "Mais e Melhores Empregos"

"Faça a coisa certa: o combate ao racismo em movimento"

assinaturas: Teoria e Debate - revista trimestral

pt notícias - boletim semanal

"Lista de Endereços"



Publicações da CIVES

"O Empresário e o Município", de Paul Singer

Informações e vendas: telefone (011) 222.2682 ou 223.9657



Disque PT - Brasil: 0900-110613

Você quer saber a política do PT a cada momento?

(a cada dia uma nova mensagem de 90" a R\$ 2,20)

2ª feira: nossas lideranças no Congresso Nacional

3ª feira: nosso presidente José Dirceu

4ª feira: com a palavra o movimento social

5ª feira: orientações e campanhas do PT

6ª feira: recado do Lula

sábado: gente conhecida, assuntos importantes

domingo: histórias do PT



Cartão de crédito:

Se o seu diretório municipal ainda não está aproveitando esta oportunidade para ganhar dinheiro, converse com Rui Alencar no telefone (011) 223.3944



DIRETÓRIO NACIONAL
RUA CONSELHEIRO NÉBIAS, 1052
CEP 01203-002 SÃO PAULO/SP